

TRAMAS E ARDIS DO JOGO POLÍTICO: ENTRE MICROFONES, CORES E PROMESSAS FUGIDAS

Maria Lucinete Fortunato, Mariana Moreira Neto

RESUMO

As relações de poder em municípios do Alto Sertão Paraibano, no que concerne ao exercício do poder político local, têm sido historicamente analisadas como relações “tradicionais” ou de “apadrinhamento” e dominação. Na contemporaneidade, o “poder” tem sido pensado enquanto uma rede de relações entre forças distintas e conflitantes, a partir do entendimento foucaultiano de que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Neste texto defendemos a relevância da problematização da presença ou não dessas relações tradicionais e da existência de continuidades e discontinuidades no quadro atual. No campo discursivo, mudanças de concepções, atitudes e procedimentos de agentes tais como os políticos, a mídia, partidos, associações civis organizados, movimentos sociais etc., representam uma interessante trilha para o entendimento de como são (re)significadas as vivências e as concepções sobre poder local. O objetivo deste artigo é contribuir com esse debate, discutindo o caso dos jogos político-eleitorais nas eleições de 2012 no município de Cajazeiras - PB. A discussão será permeada pelo entendimento do poder como um conjunto de relações de forças e estratégias específicas que instituem uma cultura política, questionando até que ponto, nesse contexto, o poder é pensado como extensão de domínios privados, em suas dinâmicas sutis e microscópicas.

Palavras Chave: Relações de poder; Poder local, Jogo político.

PLOTS AND TRICKS OF POLITICAL GAME: AMONG MICROPHONES, COLORS AND FLEETING PROMISES

ABSTRACT

Power relations in the municipalities of sertão of Paraíba State, regarding to the exercise of local political power have historically been considered as traditional “relationships”, “sponsorship” and domination relations. Recently Power has been thought as a relations network among distinct and conflicting forces, inspired in the Foucauldian understanding that there is no relationship of power without the constitution of a correspondent knowledge field. We argue here that is relevant to put in questioning the presence or not of these traditional relations and the existence of continuities and discontinuities in the contemporary scenarios. In the discursive field, changes of conceptions, attitudes and agents built by actors such as politicians, media, political parties, civil associations, social movements etc. represent an interesting track to understand how have been (re) meant the experiences and conceptions of local power. This text aims to contribute to this debate, discussing the political games played at 2012 elections in the municipality of Cajazeiras-PB. In our discussion is pervasive the understanding of power as a set of relationships of forces and specific strategies that establish a political culture, questioning to what extent, in this context, the power is thought as an extension of private domains, taking it into account in its subtle and microscopic dynamics.

Key words: Power Relations; Local Power; Political Games

INTRODUÇÃO

Nas investigações acerca do “poder local” no “Nordeste” brasileiro, de forma recorrente, o poder tem sido sinonimizado como “relações tradicionais” caracterizadas por sua forma clientelística, hierárquica e institucional. Assim, o “poder” seria tomado como fenômeno de dominação homogênea de um indivíduo, grupo ou classe sobre outros e localizado em um determinado lugar. (FORTUNATO, 2008).

A partir do final do século XX, surgiu uma nova preocupação por parte dos Cientistas Sociais no sentido de produzir análises sócio-culturais, por meio de abordagens que possibilitam a adoção de novas perspectivas, notadamente no que se refere à cultura, como as ações e noções subjacentes à vida cotidiana (GEERTZ, 1978); ao imaginário, enquanto criação incessante e essencialmente indeterminada de formas e imagens, a partir das quais somente é possível falar de alguma coisa (CASTORIADIS, 1986); ao poder, enquanto correlação de forças, relação contínua (FOUCAULT, 1989), etc.

Neste sentido, o “poder” passa a ser pensado enquanto uma rede de relações, de entrelaçamentos entre forças distintas e conflitantes, a partir do entendimento de que não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Todo saber, por sua vez, institui novas relações de poder e, como tal, não pode ser caracterizado como neutro, mas como dispositivo

de enunciados e visibilidades que se positavam culturalmente.¹

Considerando que, nos municípios da região do Alto Sertão Paraibano, as relações de poder, no que concerne ao exercício do poder político local, geralmente são analisadas como relações “tradicionais” ou de “apadrinhamento”, problematizar a presença ou não dessas chamadas relações tradicionais e a existência de continuidades e descontinuidades, hoje, dentro desse quadro, é de fundamental importância. Assim, faz-se mister questionar, no nível do discurso, como ocorrem as mudanças nos valores e noções veiculados por agentes como: os políticos, a mídia etc., no que diz respeito às relações de poder na nossa contemporaneidade, já que o poder não é exercido de forma unilinear, mas se constitui enquanto relação, com respaldo, interesses e estratégias dos vários agentes envolvidos.

1. PODER LOCAL NO ALTO SERTÃO PARAIBANO: VELHAS E NOVAS MANEIRAS DE VIVER A POLÍTICA

O exercício de poder local, sobretudo no Nordeste, tem sido pensado, majoritariamente, por meio da análise da perpetuação de relações econômicas e de denominação política, através da ideia de poder como dispositivo que estaria acima das classes sociais tendo como eixo principal a institucionalização e ação do Estado². Assim, o poder é visto enquanto

1 Cf. FOUCAULT, 1989, p. 171.

2 O Estado, segundo essa visão, seria uma instituição neutra ou autônoma, faria parte das estratégias de defesa dos interesses da “classe dominante” e de apaziguamento dos conflitos sociais de modo a instituir uma visão do mundo visando determinados interesses e estratégias para consolidá-la em sua defesa de forma universalizante.

apropriação e vários são os enunciados que instituem essa concepção.

Historicamente, um dos principais mecanismos de reprodução da idéia de perpetuação de relações “tradicionais” de poder no Nordeste é a seca.

O discurso da seca, elaborado no final do século passado [século XIX], consegue carrear para o ‘Nordeste’ investimento por parte do Estado, notadamente no período das secas, que irão beneficiar as terras dos grandes proprietários (...) Além de atingir objetivos de cunho econômico, o discurso da seca serve como pano de fundo ideológico para o estabelecimento de uma nova hegemonia na ‘região’, a medida que cria uma nova coesão social, ou uma nova imagem do grupo dominante para os dominados, mascara as verdadeiras intenções destes dominantes (ALBUQUERQUE JR., 1985, p. 76).

Assim, a seca, elemento constitutivo do espaço nordestino como “natural”, constante e ameaçador, pelo fato de desorganizar a natureza, é vista como eterna, e diante dela o homem se vê como ser impotente. O discurso veiculado a partir da temática da seca é construído a fim de legitimar as diferenças sociais e fortalecer o exercício efetivo do poder por parte dos chamados “políticos locais tradicionais”. Institui-se, então, um saber, através do qual toda a desorganização da natureza e todos os problemas sociais que são frutos de implicações surgidas social, cultural e politicamente aparecem como sendo causados pela seca e não por fatores vinculados as transformações econômicas e sócio-culturais. Tenta-se passar a ideia de que tudo pode quem tudo tem, ou seja, a realidade surge como já dada, naturalizando a “subordinação”

e a “passividade” como verdades apreendidas pela vivência de relações sociais desiguais.

Nessas relações as pessoas ocupam lugares diferenciados, os quais, muitas vezes, aparecem como “destino”, e, embora apontem para as desigualdades e oposições, para a existência da exploração e da injustiça, se justificam pela concepção de que uns detém um saber que se pretende superior aos outros.

Outro enunciado importante para caracterizar as relações de poder no Nordeste é a família. As relações no interior da família são pensadas enfatizando-a como instituição hierárquica. Mas, apesar de haver uma definição hierárquica de papéis, ela se define por uma relação de sociabilidade também vista como “natural”, que pressupõe unidade e interesses comuns. A união no seio da família é tida como núcleo central de sociabilidade e perspectiva de consolidação de poder.

Contudo, na nossa contemporaneidade, essa compreensão também vem sendo redefinida. Novos dizeres, sobretudo sobre o sertão, começam a ganhar visibilidade, por meio da ideia de convivência com o Semiárido, e a configurar como ilegítimo tudo o que traz a marca da seca e tudo que a ela se associa como: a fome, o degredo, a miséria, a desterritorialização, subordinação política e sócio-cultural, etc. desconsiderando que, historicamente, a seca foi instituída como o principal enunciado para caracterizar e definir o Nordeste, sobretudo, a região do Semiárido.

Nesse contexto, às famílias desempenham posição principal na montagem da tecnologia de captação da água da chuva, passando a vivenciar uma ordem específica de relações

de poder assentadas na partilha e no sentimento de comunidade e que se traduz nas inúmeras modalidades de *fundos rotativos*³ criados e administrados pela comunidade para o gerenciamento e propagação de táticas de convivência, a exemplo das cisternas de placas⁴, dos bancos comunitários de sementes⁵ etc.. No discurso da convivência, as tecnologias devem ser experimentadas, apreciadas e reconhecidas no âmbito da agricultura familiar, como formas de superar a semiaridez e de produzir possibilidade de vivência digna na região.

Embora ainda se constitua a principal modalidade de composição social, a família já não se apresenta como uma instituição que consolida e legitima relações sociais e políticas desiguais. A importância da família como foco de atenção e de atuação do discurso da convivência representa a possibilidade de que, através de um processo educativo informal, sinonimizado e experienciado em oficinas, capacitações, visitas de intercâmbio e inúmeras outras modalidades que se apresentam fartas nas experiências das entidades que trabalham com a proposta da convivência, sejam transformadas em

concepções de mundo, sejam aceitos e reproduzidos procederes e comportamentos. (MOREIRA NETO, 2010).

Em suma, a família, enquanto força estratégica nas relações de poder, não mais é vista como modelo a ser reproduzido. De modelo passa a

(...) segmento privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar. Mas, de modelo, a família vai se tornar instrumento privilegiado para o governo das populações e não modelo quimérico para o bom governo (Foucault, 2008, p. 139).

“Outros mecanismos que fazem parte da legitimação do poder local e que deixam claro como essa legitimação ocorre de forma relacional são os laços de vizinhança e a consideração”. (Fortunato, 1993, p. 33).

No que diz respeito aos laços de vizinhança, a ideia da convivência preconiza novas

3 Os fundos rotativos são uma espécie de poupança coletiva, comunitária. Os recursos poupados são aplicados em obras de infra-estrutura e projetos de geração de trabalho, renda e inclusão social na própria comunidade, especialmente as situadas no Semiárido Brasileiro. São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias beneficiadas nos projetos.

4 Cisterna de placa são as famosas cisternas de captação de água de chuva, que recolhem a água dos telhados, conduzindo-a diretamente para o reservatório, sem deixá-la cair no chão. Tem a finalidade de oferecer, durante as estiagens, água de qualidade para o consumo humano e para o preparo dos alimentos. Hermeticamente fechadas, não permitem a entrada da luz; assim, também não permitem a multiplicação de algas e outros elementos vivos. A água fica preservada. As cisternas de placas são tanques construídos sob os oitões das casas a partir de placas de concreto e onde é armazenada a água da chuva coletada dos telhados. Cada cisterna armazena em média 16 mil litros de água.

5 Os bancos comunitários de sementes (BCS) se constituem em espaços coletivos organizados pelos agricultores familiares onde são armazenadas as sementes que, anualmente, a cada início da estação chuvosa, são distribuídas com os agricultores para o cultivo das lavouras. Além de preservarem sementes de variedades nativas ou já adaptadas às condições de clima e solo do Semiárido, os bancos de sementes são considerados, sobretudo, pelos que comungam da proposta de convivência, como espaço importante de discussão política sobre preservação do solo, conservação da caatinga, uso de fertilizantes e defensivos naturais, utilização de recursos hídricos.

formas de sociabilidade que podem ser consideradas opcionais, uma vez que, apesar da aproximação pelo espaço físico, essa aproximação não se constrói no interior de um mesmo espaço. Daí a necessidade de união surgir da amizade entre um vizinho e outro.

Vivendo em condições precárias a amizade e a troca de favores, no sertão nordestino são vistas enquanto elementos imprescindíveis. Como estratégias de sobrevivência e formas de proporcionar o aumento da capacidade de enfrentamento cotidiano nas relações sociais e de poder. É como se no vizinho se configurasse uma extensão da família.

A consideração, por sua vez, é caracterizada como reposta a benefícios recebidos, como uma troca, um dever moral que se edifica pela reciprocidade. Assim, o “poder” surge como uma relação e implica um contra-poder, de tal modo que as relações de poder não se caracterizam apenas como subordinação de uns e domínios de outros; elas envolvem amizade, compadrio, aliança, sedução, etc.⁶

A interface das relações familiares e de vizinhança com o poder político que opera no seio do Estado, configurado como um quadro jurídico de unidade, traz embutidos os princípios de um desenvolvimento sustentável, a partir de várias matizes – política, econômica, social, ambiental, cultural, étnica – e sugere o amálgama entre poder político e poder pastoral. Tal poder pastoral evidencia não apenas

as necessidades ou as novas técnicas de governo do mundo atual. Ele deve ser reco-

nhecido por aquilo que ele é: uma das extremamente numerosas reaparições do delicado ajustamento entre o poder político exercido sobre sujeitos civis e o poder pastoral que se exerce sobre indivíduos vivos. (Foucault, 2006, p. 366).

A partir dessa compreensão, pensar as relações de poder no Alto Sertão Paraibano, na nossa contemporaneidade, considerando o exercício efetivo do poder local e as diversas estratégias de resistência frente às mudanças e/ou permanências de tais relações, nos remete à problematização dos rituais da política na referida região. É neste sentido que se torna importante apreender os enunciados que se mantêm válidos até hoje para se pensar as relações de poder no sertão, como e até que ponto o poder é relacionado com os momentos institucionais e não institucionais e as contradições que neste sentido se apresentam.

2. RELAÇÕES DE PODER, MÍDIA E OUTRAS TÁTICAS DE SEDUÇÃO POLÍTICA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Em seu sentido amplo a palavra governo tem sido usada para designar o poder do Estado e a pessoa que o exerce configurando-se como um lugar distante onde se exerce o poder e/ou como a pessoa que exerce o poder. Assim, o governo significa instância máxima de poder, e, como tal, tem a responsabilidade de assegurar a ordem social⁷ e costuma designar o poder do Estado. Neste sentido, o governo é consi-

6 Cf. FOUCAULT, 1989. p. 186.

7 Cf. CALDEIRA, 1984.

derado a instância capaz de resolver os problemas sociais, aquele que tem condição de mudar a vida dos cidadãos através de políticas públicas que redimensionem a qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, pode-se considerar que a ideia de governo se relaciona a um jogo de forças ajudando a compor o quadro das desigualdades sociais através de alianças e favorecimentos interessados.

O governo aparece também como poder personalizado⁸. Nesse caso há uma percepção de que o poder tem dono, e é a pessoa que ocupa a posição de governo que tem o poder de se posicionar como uma força neutra ou de defender os interesses de alguns, acentuando a desigualdade social. É dela que se espera a solução dos problemas de todos e é a ela que se atribui obrigações determinadas juridicamente. Essa visão tem se evidenciado nos jogos políticos, sobretudo, como forma de potencializar as campanhas eleitorais.

As campanhas eleitorais se apresentam como momentos significativos de expressão das relações de poder. As eleições possibilitam uma maior visibilidade do confronto entre os grupos políticos locais e destes com os outros segmentos sociais, colocando frente a frente, forças distintas e antagônicas, cada qual defendendo à sua maneira, os seus interesses. Isso porque o processo eleitoral implica uma seleção, no seio da qual determinadas pessoas serão autorizadas por toda sociedade a “governar” ou “administrar” os bens e interesses públicos.

Esse processo, por sua vez, se compõe de determinados rituais, que se iniciam com a

apresentação dos candidatos à sociedade e se completam através da campanha política. Mas, a própria campanha política, segundo os estudos do poder⁹, se apoia nos benefícios públicos oferecidos pelos políticos locais, que advém das camadas altas da sociedade e chegam a tal posição através do sistema de parentela, das suas próprias condições econômicas e/ou da sua relação com as esferas governamentais do poder Estadual e Federal. (FORTUNATO, 2008).

Até a década de 1980, pode-se afirmar que,

O sucesso de uma campanha eleitoral dependia, em boa medida, do contato direto do candidato com os eleitores. Isso era feito através de inúmeras e constantes viagens, visitas e comícios em centenas de cidades do país. Como o candidato dependia de suporte local nas cidades a serem visitadas, a organização e a estrutura partidárias tornavam-se de importância fundamental. Outro recurso eram as viagens e visitas de correligionários políticos. Os partidos/coligações partidárias e as demais organizações políticas exerciam a função de mediadores entre o candidato e os eleitores. Além disso, constituíam-se, para o eleitor, em fonte primeira de informações sobre o candidato e seu programa de governo. Era através dessas instituições e da distribuição de cartazes, faixas, medalhas, distintivos, santinhos, etc. que os candidatos buscavam definir a agenda da campanha e construir a sua imagem junto aos eleitores. (Lima, 2004, p. 53)

Mas, se antes, nas eleições, quem intermediava o voto eram os patrões e os eleitores votavam por “consideração”, em políticos que

8 Cf. FAORO, 1979; 1977.

9 Cf. QUEIROZ, 1977; LEAL, 1978; SÁ, 1974.

visavam ter *status*, na atualidade, o voto se tornou uma mercadoria devido ao fato de que a política se tornou um emprego, um ganho, e, como tal, exige uma relação político-eleitor diferenciada. Nessa “nova” relação os investimentos a serem feitos para assegurar o sucesso eleitoral passam pela compra do voto, pelo espetáculo dos *shows*, pela propaganda e pela sedução. À medida que a política se mercantiliza, os eleitores passam a encarar o voto como uma propriedade, como uma mercadoria e desestabiliza-se o vínculo de “compadrio” estabelecido anteriormente.

No sertão paraibano, no entanto, é praticamente consensual o reconhecimento da histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. O exercício da política tem sido perpassado por relações personalistas, de tal modo que o processo político tem representado uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). A mídia neste cenário, sobretudo as emissoras de rádio e os jornais, assume, algumas das tradicionais funções dos partidos: gera e transmite informações políticas; oferece programas de fiscalização de ações governamentais e de críticas ou apologias às políticas públicas, consolidando, desse modo, uma preferência pela cobertura jornalística de candidatos, e não de partidos políticos e diminuindo, progressivamente, a atuação partidária como canal de articulação entre a governamentalidade, as políticas públicas e as demandas sociais. (Wattenberg, 1991; 1994).

Assim, nos processos eleitorais que se realizaram a partir das duas últimas décadas do século XX, a mídia passa a ser objeto de disputa de diferentes atores e campos políticos, uma vez que em sua centralidade a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004).

No sertão paraibano, por exemplo, um dos rituais da política é viabilizado pelas emissoras de rádio que exercitam a função de canalizadoras das demandas populares através de programas comandados por radialistas, muitos dos quais têm se transformado, com sucesso, em políticos profissionais, a exemplo do radialista Ivanildo Dunga¹⁰, no município de Cajazeiras, que exerce mandato de Vereador, tendo desenvolvido toda a sua campanha política com base na liderança midiática, por ser um dos principais apresentadores do Programa “Rádio Vivo”, da rádio Alto Piranhas, que se configura como espaço de interlocução entre as instâncias políticas e as demandas sociais do município.

Há um ritual de interdependência entre mídia e governo, já que na política local, as emissoras de rádio sobrevivem, sobretudo, de verbas publicitárias dos governos estadual e municipais da região do Alto Sertão e de contratos celebrados com políticos, como: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. Tais contratos asseguram espaço, nesse veículo de comunicação, para divulgação de suas figuras e ações políticas e demonstração de que a liderança política conquistada diz respeito à sua capacidade de afetar os seus adversários ou se sobressaírem

10 Nas eleições de 2012, além do radialista Ivanildo Dunga Gonçalves, o radialista e advogado Adjamilton Pereira de Araújo, um dos principais apresentadores do Programa ‘Boca Quente’, da Difusora Rádio Cajazeiras, considerando um dos maiores líderes de audiência da região, foi candidato a vice-prefeito na chapa de Carlos Rafael. O também advogado e radialista Antonio Wilson Lacerda, conhecido por Wilson Furtado, outro apresentador titular do Programa ‘Boca Quente’, foi eleito para o quinto mandato de vereador no município de Bonito de Santa Fé, na região do Alto Sertão Paraibano.

diante da opinião pública. Tanto é assim que as redefinições no campo da política não surgem, nesses discursos, como redefinições das relações de poder, e, sim, como redefinições que estão ligadas meramente às características pessoais dos líderes políticos e à forma através da qual eles gerem a administração municipal.

Essa questão nos remete, ainda que indiretamente, a outro patamar, que é o da relação entre os políticos locais e os demais segmentos sociais. Percebemos que as estratégias dos políticos locais, sobretudo as que se dão via mídia, ocultam toda uma gama de relações que se realizam nos espaços e instituições locais onde se exerce o poder, servindo de fundamento para o fortalecimento dos laços de poder e impossibilitando uma maior visibilidade do confronto e das correlações de forças que se estabelecem no cotidiano das relações de poder e das campanhas eleitorais.

Nos discursos da mídia, no que concerne à apologia e/ ou a crítica aos políticos locais, pode-se perceber o ocultamento do conflito entre as diversas forças sociais e até a anulação da existência de determinadas forças na cena política, além de definir-se, enfaticamente, um lugar no poder para cada agente social. Dessa forma, legitima-se apenas o poder político dos “dominantes”.

Os programas de rádio que possuem um cunho político no município de Cajazeiras – PB, por exemplo, quase sempre só fazem uso da opinião pública para defenderem os interesses de grupos determinados. Não se tenta entender como os mecanismos de poder e os processos sociais se correlacionam, ou como ocor-

rem as disputas na prática política eleitoral; esquecendo-se do fato de que o poder passa, também, pelo assentimento ou reação dos “dominados”. Ou seja, que “O campo da política tem como uma de suas regras a disputa e convivência entre as partes contrárias no palco das eleições”¹¹. E, nesse sentido, esquece-se de considerar que no referido campo as eleições são apenas um momento de maior visibilidade do confronto, que se define entre forças distintas e antagônicas, as quais ditam, cada qual à sua maneira, as regras do jogo.

Trabalhando com diferentes momentos dos rituais que compõem ou informam a política local no município de Cajazeiras – PB, pode-se apreender como se apresenta a correlação entre as várias forças sociais que se debatem nestes momentos privilegiados, em que a política se apresenta como arma capaz de transformar, ou não, determinadas relações, como algo que possibilita uma inversão social.

As eleições 2012 no município de Cajazeiras – PB, por exemplo, trouxeram, para a cena política, novos parâmetros em termos de campanha e de propaganda políticas.

Os principais Candidatos a Prefeito, Carlos Rafael Medeiros de Souza (PTB), então prefeito e Carlos Antônio Araújo de Oliveira (DEM), que ocupou, por dois mandatos consecutivos, o cargo de prefeito (2001-2008), compartilharam o cenário com Carlos Gilde-mar Pontes (PSOL), até as vésperas da eleição, quando o TSE impugnou a candidatura a prefeito de Carlos Antônio Araújo de Oliveira, líder em todas as pesquisas de intenções de voto, com base na “Lei da Ficha Limpa”. A jus-

11 Cf. BARREIRA, 1993. p.141.

tiça eleitoral permitiu, de última hora, a candidatura da sua esposa Francisca Denise Albuquerque de Oliveira (PSB), como forma de provável substituição do mesmo no caso dele vencer o pleito.

Assim, a campanha política foi marcada por um contexto de incertezas, uma vez que, o tempo todo, a confirmação ou não da impugnação de Carlos Antonio, foi utilizada por seus correligionários e opositores políticos como elementos chave do *marketing* político da Campanha.

No cotidiano do processo eleitoral, vislumbrou-se uma disputa efervescente, na qual o jogo político se manifestou por meio de propagandas, “reuniões” públicas, noticiários de emissoras de rádio, impressos e meios cibernéticos, com espetáculos diversos alimentados não somente pelos candidatos e correligionários, mas pela população que protagonizou a cena por meio de embates apaixonados expressos, inclusive, pelas cores adotadas pelos candidatos (Carlos Antonio – Verde e Carlos Rafael – vermelho).

As músicas da campanha também expressavam os enunciados que eram utilizados para sensibilizar os eleitores. Na campanha de Carlos Rafael a música chefe enfatizava a administração do mesmo:

♪♪ Sua administração a população aprova,
a creche da Vila Nova e também a construção da Praça
Coração de Jesus que a gente tem.
A Padre Cícero também que já saiu do papel,
porque Carlos Rafael trabalha como ninguém.
(...) O SAMU com atitude que Cajazeiras ganhou,
foi ele quem implantou mostrando grandes virtudes.
Os postos de saúde também mandou reformar.

Não se negou a doar com muita tranquilidade
o Instituto IJB para a Universidade (...).

Neste sentido dava-se ênfase as obras públicas realizadas na sua administração como exemplo de competência política e de legitimidade para a reeleição.

Também era evocada a questão das comemorações de feriados nacionais como benesses e concessões viabilizadas pelo prefeito:

♪♪ (...) A festa que não havia no dia da cidade.
Com muita seriedade fez o Auto de Natal,
São João e Carnaval tudo é realidade.

Além disso, as ações executadas em sua gestão, possibilitadas via políticas públicas, legitimavam o seu poder de realização pessoal da mesma forma:

♪♪ (...) E das estradas rurais fez a recuperação.
De poços perfuração teve em vários locais.
E nas ações sociais Pro-Jovem é garantia.
O PETI a cada dia tem uma ação maior,
Morando melhor, jornada da cidadania.

Toda essa construção enunciativa era permeada pelo refrão:

♪♪ Eu vou votar pra prefeito eu vou votar,
com Carlos Rafael Cajazeiras vai ganhar.

Já a música de Campanha de Carlos Antônio, também não deixava a desejar, dando o tom do retorno do político competente, experiente, que vai devolver a esperança ao povo:

♪♪ Pra nossa terra voltar a sorrir, Cajazeiras vai reagir.
Quem não lembra de um tempo feliz que o povo canta-
va assim:

(Alô Cajazeiras, a hora da mudança chegou, Dr. Carlos
voltou...)

(...) É Dr. Carlos, um nome com amor e paixão,
25 confirme, Cajzeiras em boas mãos.
Que seja feita a vontade do povo,
Cajazeiras quer ele de novo,
quer Dr. Carlos e Júnior Araújo,
experiência e ação.
Dr. Carlos fez e fará mais,
Júnior Araújo é o vice da paz.
O 25 tá no coração com amor e paixão.
É 25 oh oh oh.
É 25 oh oh oh
Dr. Carlos prefeito,
é 25 Oh, Dr Carlos voltou,
a esperança renovou,
sou 25 com amor.

Como se pode observar, pelas regras do *marketing* eleitoral as músicas são sedutoras, mas não abrem espaço para propostas políticas propositivas, são muito mais competitivas e visam exaltar as habilidades e competências pessoais dos candidatos como meio de ascensão ao exercício do poder.

É tanto, que na eleição, quando foi confirmada a vitória de Carlos Antônio, as manifestações públicas também se expressavam por meio da musicalidade, com chavões do tipo: “♪♪ (...) e tomeee remédioo ... Pra insônia, dor de cabeça, dor de cotovelo, dor no juízo, dor de barriga... e etc - - Êêê... Dr. Carlos voltou,

a esperança renovou (...)”. Ou seja, não se evocava a forma de governar, os ganhos políticos e administrativos que o município usufruiria.

A preocupação maior foi a de ironizar os opositores, por meio de um espetáculo que ia dos businaços, às carreatas e se concluíam em praça pública na recepção calorosa de “Mãinha”¹², ou seja, “Dr^a Denise”, que vencendo as eleições majoritárias municipais diante do impedimento legal da candidatura de seu esposo, o substituiria no exercício efetivo do poder executivo municipal.

No palco das eleições, como forma de institucionalizar a primeira prefeita do município e creditar à mesma uma legitimação política, foi publicado um panfleto sob o título “Cajazeiras meu amor, Cajazeiras minha paixão”¹³ cujo discurso se utilizou de uma linguagem apelativa que contrariou todo um processo histórico em que, nos últimos dois séculos, em diversas partes do planeta, mulheres, e homens, estão tecendo novas relações e buscando articular diferentes formas de viver, diversas daquela que, milenarmente, pensou o mundo pela perspectiva androcêntrica.

A eleição de Francisca Denise Albuquerque de Oliveira também expressou a compreensão de como as relações de poder são encaradas e vivenciadas como peças que podem ser manipuladas ao sabor dos interesses e das conveniências. Como neste tabuleiro as pessoas e, sobretudo, as propostas e programas de governo

12 O tratamento de “Mãinha” para a prefeita Francisca Denise Albuquerque de Oliveira foi amplamente estimulado como estratégia eleitoral e revela como as relações políticas e as concepções de poder se misturam e se confundem com relações familiares, traduzindo como o poder é compreendido como uma expressão maternal, de quem vai zelar pelos que lhes são fiéis.

13 O slogan “Cajazeiras meu amor, Cajazeiras minha paixão”, foi a principal peça de marketing eleitoral das duas campanhas em que Carlos Antonio foi eleito prefeito de Cajazeiras e retornou na Campanha de 2012 como principal elemento de aglutinação e de promoção de sua candidatura. Após o impedimento legal, as vésperas da eleição, o slogan foi ‘naturalmente’ transferido como marca característica da candidatura de Francisca Denise Albuquerque de Oliveira (sua esposa.).

que representem os interesses e necessidades da população, se diluem e se esgarçam na tessitura de acordos e conchavos que buscam a perpetuação de relações personalistas. Dessa forma, o panfleto que circulou no dia anterior a eleição e que buscava legitimar o nome de Denise como ‘substituta e herdeira política natural’ de Carlos Antonio deixa transparecer como, nesta trama, a candidata perde a sua autonomia e identidade, convertendo-se numa apagada sombra da figura masculina, que suga sua vontade, seu amor próprio, seus sentimentos e, dessa forma, lhe usurpa a autonomia. Nestes termos, a relevância histórica da primeira mulher eleita prefeita de Cajazeiras é ofuscada pelo escrito que circulou as vésperas da eleição e que afirma:

Empresto meu nome nesta eleição para que eu possa ser, a frente dos destinos de Cajazeiras, os olhos, as mãos, a cabeça, a alma e, principalmente, o coração de Carlos Antonio. (...) É ele que estará, efetivamente, assentado na cadeira de prefeito.

Palavras que expressam uma concepção que, ocultando ou negligenciando a participação feminina no mundo público do jogo político, considera a mulher mera marionete, inanimada, fantoche cujos cordéis seguem a vontade da manipulação masculina.

Nesse intrincado jogo político das eleições municipais de Cajazeiras a candidatura de Carlos Gildemar Pontes, bem como o envolvimento da sociedade civil organizada, através de inúmeras entidades (sindicatos, associações, conselhos etc.), não ganharam a mesma visibilidade, seja na mídia, seja como espaço para o

debate de propostas e programas de governo que tenham como objetivo derradeiro, a solução de problemas sociais e o atendimento de demandas que se configurem como alternativas para a construção de melhores condições de vida para a população.

No debate que foi realizado na Câmara Municipal de Cajazeiras, promovido e transmitido pela Difusora Rádio Cajazeiras, as propostas de Carlos Gildemar Pontes e suas colocações frente aos demais candidatos, que revelavam certo cunho político e impessoal, foram consideradas pela mídia e pela população como as mais viáveis. No entanto, não conseguiram dissimular a bipolaridade da campanha. Muitos eleitores afirmavam reconhecer que Carlos Gildemar “ganhou” o debate, mas não iam deixar de votar num ou noutro candidato, entre os opositores, pois, se assim o fizessem, estariam ajudando a derrubar o melhor dos que tinham probabilidades de vencer o pleito.

Portanto, o que se apresenta como maior probabilidade e como resposta inicial as inquietações que instigaram essa reflexão é que ainda é majoritária a compreensão de uma cultura política que, historicamente, considera a coisa pública como extensão de domínios privados escamoteando a mecânica sutil e microscópica do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o poder está relacionado a momentos institucionais e não institucionais, e como tal, que não pode ser visto como algo global, nem tão pouco como algo possível de apropriação, entendemos que, os no-

vos canais de comunicação e os novos signos que alimentaram o jogo político na campanha para prefeito, no município de Cajazeiras – PB, no ano de 2012, serviram como formas de expressão de argumentos que iam da defesa à crítica ferrenha dos principais candidatos, tendo como enunciados de base as suas administrações públicas e sua (im)probidade. E é a partir desses jogos que é possível descobrir, sob uma aparente naturalidade, as facetas que se elaboram e movimentam a cena política em nome do poder.

É neste sentido que pretendemos aprofundar esse debate por meio de estudos e pesquisas sobre os jogos da política no Alto Sertão paraibano, com destaque para os enunciados discursivos que os instituem e/ou as condições de possibilidade dos embates, das alianças, das correlações de forças, das estratégias e as táticas de campanha.

Trabalho recebido em 20/09/2012

Aprovado para publicação em 15/12/2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A fome tira o juízo – Seca e Conflitos sociais. In: *Revista Grão*. Ano I, Nº 04, Curso de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UFPB, Campus II, Campina Grande, 1985, p. 65-80.

_____. *A Singularidade*: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. Texto mimeografado.

_____. *Falas de Astúcia e Angustia*: a seca no imaginário nordestino: do problema à solução (1887 – 1922). Dissertação de Mestrado em História, Campinas, UNICAMP, 1988.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder – conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos – Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos Outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. A Nova Estética do Espetáculo Político. In: XIMENES Tereza. (Org.). *Novos Paradigmas e Realidade Brasileira*. Belém, UFPA/NAEA, 1993, p. 124-139.

CASTORÍADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. II, 5. ed., Porto Alegre, Globo, 1979.

_____. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. I, 4. ed., Porto Alegre, Globo, 1977.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *Da “consideração” ao “ganho”*: redefinições das relações de poder no discurso “camponês”. (o caso de Ca-

tolé do Rocha). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, CH/UFPB, Campina Grande, 1993.

_____. *Repensando as Relações de Poder no Sertão Paraibano*. Aperfeiçoamento Científico – CNPq. Relatório 1987 – 1988. Campina Grande (mimeo.).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos)

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*. 8. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1987.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil*. 4. ed., São Paulo: Alfa – Omega, 1978.

LIMA, Venício A. Sete teses sobre mídia e política. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

MOREIRA NETO, Mariana. *Da seca à convivência, do sertão ao semiárido: enunciados e territorialidades*. Universidade Federal da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutorado. João Pessoa, 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, Livro 1 – Estrutura de Po-

der e Economia (1898 – 1930), FAUSTO, Boris (org.). São Paulo, Difel, 1977, p. 115-190.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos Velhos aos Novos Coronéis*. Recife, PIMES/UFPE, 1974.